

COMPREHENSIVE SEXUALITY EDUCATION: POSSIBILIDADES DE UMA ABORDAGEM E PRÁTICAS DE EDUCAÇÃO SEXUAL NO CONTEXTO BRASILEIRO

Davi Augusto dos Santos Soares¹

Leonardo Lemos de Souza²

RESUMO

A atual abordagem educacional sobre sexualidade no Brasil está aquém das necessidades dos jovens, focando predominantemente em aspectos biológicos e deixando de lado dimensões cruciais como gênero, identidade, orientação sexual, consentimento, prevenção da violência e outras. Essa lacuna é preocupante, especialmente considerando os riscos sociais enfrentados pela juventude brasileira, como violência, abuso sexual, intolerância e discriminação. Diante dessa situação insuficiente para atender às demandas e necessidades dos jovens brasileiros, o presente estudo dialoga sobre a abordagem da *Comprehensive Sexuality Education* como referência internacional para promover a inovação em educação na área de educação em sexualidade no Brasil. A presente abordagem emerge como uma ferramenta de educação holística, cuja eficácia é corroborada por evidências que demonstram impactos positivos no desenvolvimento dos jovens em curto, médio e longo prazo principalmente em aspectos para além do biológico como questões culturais, sociais e psicológicas. Seu tipo de abordagem abrangente a torna relevante para a situação atual do Brasil e mostra compatibilidade com o que as legislações educacionais brasileiras vigentes preconizam em relação à educação em sexualidade no ambiente educacional brasileiro. Por fim, sendo desenvolvida internacionalmente no Norte Global ressalta-se a necessidade de um processo de adaptação à realidade pós colonial brasileira através da crítica à colonialidade do saber e o uso de perspectivas interseccionais pois a adoção acrítica de conhecimentos produzidos em sociedades metropolitanas do Norte Global pode resultar no apagamento das epistemologias do Sul Global ou na inadequação

1 Graduado pelo Curso de Psicologia da Universidade Tiradentes - UNIT, daviaugusto_soares@hotmail.com;

2 Professor e orientador: Doutor, Faculdade de Ciências e Letras de Assis - UNESP, leonardo.lemos@unesp.br.

dessas epistemologias para corresponder às realidades pós-colonial do contexto em questão.

Palavras-chave: Colonialidade do Saber, Comprehensive Sexuality Education, Desenvolvimento Psicossocial, Direitos Humanos, Educação Sexual.

INTRODUÇÃO

Durante a transição da infância para a adolescência, a sexualidade se torna uma questão fortemente impactada pela exposição dos fatores de risco mencionados. Nesse momento de descobertas e incertezas, a necessidade de informações e apoio emocional relacionados à diversidade sexual, saúde sexual, relacionamentos saudáveis, consentimento, autonomia e empoderamento se torna ainda mais evidente. A exposição a esses riscos aumenta significativamente o surgimento dessas demandas relacionadas à sexualidade dos jovens, tornando crucial proporcionar um ambiente seguro e inclusivo, onde eles possam acessar informações, receber orientações e ter suas necessidades atendidas de forma adequada (COSTA; MORAES; TAQUETTE; MARQUES, 2022).

A sexualidade faz parte do processo de construção de identidade humana, de maneira que é quase impossível para o indivíduo apresentar-se a sociedade estando alheio das condições sexuais que a vida nesta exige. Antes mesmo de estar inserido em um contexto afetivo e relacional há o contato com a sexualidade, pois ela revela-se como uma matriz de compreensão dos conceitos de prazer, gozo, sofrimento e felicidade. Compreendendo essa noção, é possível afirmar que a sexualidade é algo inerente ao ser humano, não se limitando apenas à atividade sexual, tendo influência e influenciando aspectos biológicos, psicológicos, sociais e culturais (GONÇALVES; GONÇALVES, 2021).

A sexualidade, sendo uma dimensão inerente ao ser humano, demanda uma abordagem nas escolas a fim de oferecer orientação adequada. A educação sexual se apresenta como uma ferramenta essencial para fornecer orientação aos jovens, permitindo que eles aprendem sobre os aspectos cognitivos, emocionais, sociais, interativos e físicos da sexualidade. Ela deve ser iniciada desde a infância e evoluir continuamente até a adolescência e a idade adulta, sendo um processo gradual em que a juventude é capacitada com informações, habilidades e valores positivos para que possam entender e apreciar sua sexualidade, construir relacionamentos saudáveis e assumir a responsabilidade e autonomia pela própria saúde sexual. Além disso, a educação sexual auxilia na compreensão da identidade pessoal sendo relevante para um desenvolvimento psicossocial saudável contribuindo para o bem-estar dos jovens (CARVALHO; ZANIN; FLORIO, 2020; BZgA; UNFPA; WHO, 2016).

Em 2015, 194 Estados-membros da Organização das Nações Unidas (ONU) adotaram o documento Agenda 2030, comprometendo-se a implementar medidas ousadas e transformadoras para promover o desenvolvimento sustentável em todo o mundo. A educação sexual desempenha um papel crucial nesse

contexto, pois aborda questões de cidadania e direitos humanos, estabelecendo uma conexão relevante entre a Agenda 2030 e essa prática educacional. Essa agenda define 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) e 169 metas para guiar ações em direção a um futuro próspero e equitativo para a humanidade. Nota-se a importância da educação sexual, pois é mencionada em metas de cinco ODS distintos: ODS 3, que trata da saúde e bem-estar; ODS 4, relacionado à educação de qualidade; ODS 5, referente à igualdade de gênero; ODS 10, sobre a redução das desigualdades; e ODS 16, que busca promover sociedades pacíficas, justas e inclusivas (UNITED NATIONS, 2015).

A partir disso, a educação sexual emerge como um dos pilares fundamentais dos direitos humanos, conforme definido pela ONU. Sua notável relevância reflete o reconhecimento de que a educação sexual desempenha um papel essencial na construção de um mundo mais justo, saudável e sustentável, onde os direitos e a dignidade de cada indivíduo são valorizados e protegidos. Promover uma educação sexual abrangente e inclusiva torna-se imperativo para capacitar os indivíduos, especialmente crianças e jovens, permitindo que eles tomem decisões informadas sobre sua saúde, bem-estar e relacionamentos (BORTOLOZZI et al., 2021; UNITED NATIONS, 2015).

No Brasil, a educação sexual teve início nos anos 1930, com médicos abordando questões sobre sexo e sexualidade. O Círculo Brasileiro de Educação Sexual, fundado em 1933, contribuiu para disseminar essa educação. Nas décadas de 1960 e 1980, movimentos como a revolução sexual e a pílula anticoncepcional impulsionaram a discussão, mas o regime militar trouxe desafios. Apenas nos anos 80, a discussão ressurgiu, fortalecendo o conhecimento sexual no Brasil por meio da sexologia, estabelecendo bases em universidades e grupos de pesquisa. Entre as décadas de 1990 e 2015, a sociedade passou por mudanças culturais relacionadas à sexualidade, com estudos de gênero enfatizando a diversidade e o combate à homofobia (RIBEIRO; MONTEIRO, 2019; SOUZA, 2012; BUENO; RIBEIRO, 2018).

A partir de 2015, os avanços na educação sexual começaram a ser ofuscados por um discurso anti-sexual, impulsionado por um crescente conservadorismo e fundamentalismo cristão. Temas como igualdade de gênero, diversidade sexual e liberdade de expressão foram associados ao comunismo e à esquerda, gerando rejeição por setores da sociedade que se opunham ao governo. Em 2018, um governo de extrema-direita associado ao fundamentalismo cristão foi eleito, adotando, de 2019 a 2022, políticas baseadas em princípios religiosos. Essa influência ideológica trouxe desafios para a promoção de uma educação sexual inclusiva e abrangente, dificultando o avanço de discussões relevantes sobre sexualidade e direitos humanos (CASSIAVILLANI; ALBRECHT, 2023). A influência política no tema

da sexualidade é notória, com o conservadorismo cristão foi fortalecida a visão restrita da educação sexual apenas como questões de sexo e sexualização dos jovens no Brasil.

Ainda considerando sexualidade no âmbito educacional brasileiro, em 1997 foi lançado os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN), com objetivo de orientar as escolas quanto a reformulação de propostas pedagógicas, dentre os dez cadernos publicados, há um referente a orientação sexual, que visa abordar a questão da sexualidade no ambiente escolar. Entendo que a orientação em sexualidade tem o objetivo de contribuir com o desenvolvimento dos alunos, o caderno preconiza que seja trabalhado de maneira transversal, passando por todas as disciplinas, seguindo a visão ampla de sexualidade, ou seja, seu caráter cultural, social e histórico. Após seu lançamento outros documentos educacionais foram lançados reconhecendo também a importância de abordar as questões da diversidade sexual no ambiente escolar, seja através de diretrizes específicas ou princípios, são eles: Base Nacional Comum Curricular (BNCC), Plano Nacional de Educação (PNE), Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Básica (DCNEB), Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) e Plano Nacional de educação em Direitos Humanos (PNEDH) (NETO; NOZU; ROCHA, 2019; MATTA; TAQUETTE; SOUZA; MORAES, 2021).

Esses documentos reconhecem a escola como espaço fundamental para desenvolvimento e formação dos indivíduos, abordando gênero e sexualidade em conjunto com família e docentes, permitindo a manifestação das dúvidas e necessidades dos estudantes. Apesar do PCN ter lançado as bases para a implementação da educação sexual, o Brasil enfrenta desafios na efetivação dessas diretrizes. Infelizmente, não houve investimento adequado dos órgãos governamentais na formação dos professores ou em programas educacionais voltados para a temática. Após aproximadamente vinte anos da implementação do PCN, ainda não foram encontradas ações/programas de educação sexual que sigam as orientações propostas. Isso demonstra que o país carece de programas padronizados e amplamente adotados nessa área, ficando restrito a documentos e diretrizes de apoio à causa. Embora existam programas de saúde e educação, como o Programa Saúde na Escola (PSE), que abordam a sexualidade, as ações acabam sendo breves e limitadas (FULARNETTO,; LAUERMANN; COSTA; MARIN, 2018; BRASIL, 2011).

As ações existentes no país que abordam a sexualidade, como o Programa Saúde na Escola (PSE), possuem lacunas em suas práticas devido ao fato de serem atividades pontuais, sem frequência ou continuidade estabelecidas. Muitas dessas ações têm um enfoque limitado apenas no aspecto biológico, reprodutivo e

prevenção de riscos, deixando de abranger os aspectos psicológicos, sociais e culturais. Essa abordagem insuficiente se mostra inadequada, pois a realidade dos jovens na atualidade indica uma necessidade de acolhimento para além de questões biológicas. A juventude enfrenta desafios complexos de riscos sociais como também em relação à sua sexualidade, como lidar com as emoções, as relações interpessoais e a construção de identidade. Portanto, é crucial que as abordagens educacionais considerem a integralidade dessa temática para oferecer um suporte adequado e inclusivo aos jovens (BRONDANI; KOSTULSKI; MISSIO; SCHMITT; ARPINI, 2021; BRASIL, 2011).

No cenário internacional, eventos históricos importantes, como a Conferência Internacional sobre População e Desenvolvimento de 1994, a Convenção das Nações Unidas sobre os Direitos da Criança de 1990 e a Declaração de Pequim e Plataforma de Ação da IV Conferência Mundial sobre a Mulher em 1995, impulsionaram a discussão sobre a educação sexual no mundo (CUMPER; ADAMS; ONYEJEKWE; O'REILLY, 2023). No entanto, um dos principais marcos nesse campo foi o lançamento do *International Technical Guidance on Sexuality Education* pela UNESCO em 2009. Esse documento não apenas estabeleceu uma base sólida para a implementação de programas de educação sexual abrangentes, com foco em direitos humanos, inclusão e respeito à diversidade, mas também enfatizou a relevância da *Comprehensive Sexuality Education (CSE)* como abordagem essencial para ações em educação sexual. A CSE tem como característica central sua abrangência, indo além de aspectos meramente biológicos, para abordar questões de gênero, identidade, orientação sexual, relacionamentos, consentimento, prevenção de violência e promoção de respeito mútuo (MICHELSEN; IVANOVA, 2022; UNESCO, 2019).

É necessário evidenciar que a CSE possui evidências comprovadas de impactos positivos no desenvolvimento de jovens a curto, médio e longo prazo para além de questões biológicas, como saúde sexual, prevenção de gravidez precoce e afins. Além desses aspectos, a mesma tem a capacidade de trazer resultados significativos no aspecto emocional, social e psicológico dos jovens. Ao abordar temas como relacionamentos saudáveis, consentimento, respeito à diversidade e prevenção de abusos, a CSE contribui para o desenvolvimento de habilidades de comunicação, empatia e autoestima, proporcionando aos jovens uma melhor compreensão de si mesmos e dos outros (MICHELSEN; IVANOVA, 2022; UNFPA; WHO; BZgA, 2020).

METODOLOGIA

Os dados encontrados foram revisados de acordo com o método da revisão bibliográfica do tipo narrativa, que consiste em utilizar materiais já elaborados revisando-os de forma exploratória para que haja o aprimoramento das ideias, descobertas de novas perspectivas e familiarização com o tema abordado. Essa metodologia foi escolhida como método para desenvolver o presente material devido a sua capacidade de favorecer reflexões sobre o atual contexto pandêmico e saúde mental que se caracteriza como uma problemática emergente demandando respostas rápidas e efetivas (BOTELHO,2021).

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Ao refletirmos sobre os 33 anos desde a criação do ECA, que reconhece os jovens como “sujeitos de direitos” e destaca seu caráter emancipatório e de participação na construção desses direitos, não podemos deixar de questionar por que, na prática, os direitos relacionados à sexualidade ainda não se concretizam para os jovens brasileiros, diante dos desafios como violência, abuso sexual, intolerância e gravidez precoce que enfrentam (CASTRO; MACEDO, 2019; BRASIL,1990). Infelizmente, essa questão se torna ainda mais complexa quando percebemos a divergência entre o que está previsto nas leis educacionais brasileiras (BNCC; PCN; PNE; DCNEB; PNEDH) e a realidade vivenciada por muitos jovens, tornando o alcance desses direitos uma verdadeira utopia (CASSIAVILLANI; ALBRECHT, 2023; TRISTÃO,2022).

Percebe-se que as demandas da juventude, que poderiam ser atendidas por meio de uma educação sexual abrangente, são invisibilizadas ou não atendidas devido à falta de práticas que vão além de aspectos biológicos no país (MIRANDA, 2022; FIORINI, 2020). Nesse contexto, a psicologia pode desempenhar um papel fundamental, trazendo seus estudos de desenvolvimento humano e psicossocial para ocupar um espaço significativo. Através da psicoeducação, a psicologia pode oferecer ferramentas para serem utilizadas no contexto escolar, buscando estratégias de ensino-aprendizagem para as demandas dos alunos. Com o incentivo à reflexão crítica e o diálogo aberto, torna-se possível discutir e intervir diante da perspectiva da educação sexual, promovendo novas ações educacionais efetivas (FIGUEIRÓ, 2020)

Considerando essa conjuntura, o conceito de inovação em educação, como abordado por Michael Fullan (2007) torna-se relevante. Essa abordagem engloba a criação de novas práticas, estratégias e abordagens para melhorar os resultados

de aprendizagem dos alunos, preparando-os para enfrentar os desafios do mundo contemporâneo. Diante da lacuna existente entre a legislação e a prática da educação sexual no Brasil, mencionada anteriormente, o conceito de inovação pode ser uma ferramenta transformadora. Além disso, o autor ressalta a importância de aprender com experiências e referências internacionais na área da educação, enfatizando a necessidade de olhar para além das fronteiras nacionais em busca de insights e inspirações em práticas educacionais de outros países.

Convergindo a isso, Furlanetto (2018) discute que o Brasil, diante da sua realidade, necessita de novas análises e práticas de educação sexual a nível internacional a fim de identificar estratégias e abordagens significativas, destacando a CSE, por exemplo. A abordagem difundida pela UNESCO em 2009 se torna relevante para o Brasil devido ao fato de considerar aspectos biológicos, psicológicos, sociais e culturais da sexualidade, promove a educação sexual de forma mais completa, capacitando os jovens com informações precisas e relevantes para suas vidas. Além disso, ressalta-se que é possível aplicar a abordagem da CSE no ambiente educacional brasileiro, pois seus princípios e diretrizes estão alinhados com as legislações educacionais vigentes. Dentre os documentos que abordam essas questões, podemos citar: BNCC, PCN, PNE, DCNEB e PNEDH, além do ECA (UNESCO, 2018; BRASIL, 2018; BRASIL, 1997; BRASIL, 2014; BRASIL, 2013; BRASIL, 2007; BRASIL, 1990)

Paulo Freire (1996) destaca a importância de adaptar e contextualizar as experiências educacionais autênticas de acordo com as particularidades, desafios e necessidades de cada comunidade. Nessa perspectiva, é crucial abordar o conceito da colonialidade do saber, preconizado por Quijano (2000), que aponta como o colonialismo não apenas impôs dominação política e econômica, mas também influenciou a produção, validação e disseminação do conhecimento, mantendo uma visão eurocêntrica e ocidental como hegemônica, desvinculada da realidade da América Latina. Logo, a adoção acrítica de conhecimentos produzidos em sociedades do Norte Global pode ser inadequada para corresponder à realidade do contexto brasileiro. Assim, ao considerarmos a CSE como uma abordagem relevante para o presente projeto, é fundamental sua adequação à realidade do território brasileiro (ALMEIDA, 2015).

A discussão trazida por Santos (2019) sobre a consagração de direitos humanos no Norte Global e Sul Global reforça a necessidade de adaptar a CSE ao contexto dos jovens brasileiros atuais. Sendo originado por colônias, o Sul Global enfrentou sistemas de opressão do capitalismo, patriarcado e machismo de forma mais intensa, resultando em comunidades que resistem e estão expostas a níveis elevados de fatores de risco presentes na sociedade, como violência e

intolerância. A partir dessa perspectiva, compreende-se que a adaptação da CSE ao contexto dos jovens brasileiros requer uma abordagem sensível as particularidades e desafios da realidade pós-colonial enfrentados pelas comunidades locais.

Ainda tratando da adequação da CSE para as demandas dos jovens brasileiros, é fundamental destacar a importância da interseccionalidade como aliada do conceito de colonialidade do saber para uma adequação efetiva. Conforme ressaltado por Louro (2019), a interseção entre nossas identidades de raça, gênero, classe, geração ou nacionalidade tem influência significativa em como experimentamos e vivenciamos nossa sexualidade. Em um país marcado por profundas desigualdades e diversidades como o Brasil, é crucial reconhecer como essas questões interseccionais moldam as experiências e demandas dos jovens em relação à sexualidade, tornando-se um fator essencial para garantir uma educação sexual sensível e relevante à realidade brasileira (AKOTIRENE, 2019).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nesse sentido, o presente estudo busca utilizar a abordagem da CSE como referência internacional para promover a inovação em educação, desenvolvendo coletivamente uma nova proposta educacional em educação sexual para alunos de escolas públicas do estado de São Paulo. Para alcançar esse objetivo, faremos uma adequação cuidadosa através dos conceitos de colonialidade do saber de Quijano (2000) e da interseccionalidade de Akotirene (2019), possibilitando uma perspectiva não hegemônica e reflexiva das realidades das sociedades não metropolitanas, afastando-se dos universalismos. A integração desses conceitos nos auxiliará a refletir sobre como podemos utilizar e adaptar o conhecimento internacional de maneira ética, respeitosa e alinhada com a realidade e necessidades dos participantes de nossa pesquisa. Dessa forma, pretendemos contribuir com a transformação do cenário da educação sexual do nosso país.

REFERÊNCIAS

AKOTIRENE, C. Interseccionalidade. São Paulo, SP: Pólen Livros, 2019.

ALMEIDA, E.A.; SILVA, J.F. Abya Yala Como Território Epistêmico: Pensamento Decolonial Como Perspectiva Teórica. *Interritórios: Revista de Educação Universidade Federal de Pernambuco Caruaru*, v. 1, n. 1, 2015.

ALVES, H.V.S.; MOREIRA, M.M.L.M.; SILVA, M.G.S.N. Negligência infantil, violências, relacionamentos destrutivos e encarceramento feminino: uma análise de gênero. Revista da ANPEGE. v. 17. n. 32, p. 386 - 408, 2021.

ANGROSINO, M.V. Etnografia e observação participante. Porto Alegre, RS: Artmed, 2009.

ATAÍDES, F.B.; OLIVEIRA, G.S.; SILVA, A.A.F. A etnografia: uma perspectiva metodológica de investigação qualitativa. Cadernos da FUCAMP, v. 20, n. 48, 2021. Disponível em: <<https://revistas.fucamp.edu.br/index.php/cadernos/article/view/2601>>. Acesso em: ago 2023.

BARDIN, L. Análise de conteúdo. São Paulo, SP: Edições 70, 2011.

BEHRENS, P.A.C. et al. Violência sexual contra crianças e adolescentes: uma violação de direitos humanos. Research, Society and Development, v. 11, n. 10, 2022.

BELLETTINE, G. Educação Infantil: os desafios dos professores mediante aos casos de violência sexual. 2021. 48.p. Trabalho de Conclusão de Curso (Licenciatura em Pedagogia) - Faculdade Municipal de Palhoça, Santa Catarina. 2021.

BORGES, L.P.C. O futuro da escola: uma Etnografia sobre a relação dos jovens com o conhecimento escolar. 2018. 151 f. Tese (Doutorado em Educação). Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, RJ, 2018.

BORGES, L.P.; CASTRO, P.A. A etnografia da escola: entrelaçando vozes, sujeitos, conhecimentos e culturas. Periferia, v. 11, n. 2, p. 404-423, 2019.

BORTOLOZZI, A.C. et al. Questões sobre sexualidade e educação sexual: novos paradigmas e horizontes. Bauru, SP: Gradus Editora, 2021.

BRASIL. Conselho Nacional de Saúde. Resolução no 466/2012, de 12 de dezembro de 2012. Brasília., 2012. Disponível em: <<https://conselho.saude.gov.br/resolucoes/2012/Reso466.pdf>>. Acesso em: 14 dez. 2022.